

A IMPRENSA GOIANA NO DECLÍNIO DO IMPÉRIO: AS LAVRAS DO ABBADE E A ESPERANÇA DO PROGRESSO

Martha Victor Vieira*

RESUMO

Este artigo propõe-se a analisar o conteúdo do debate ocorrido na imprensa goiana sobre as lavras do Abbade, localizada na cidade de Meia-Ponte. As atividades de mineração, que se iniciaram em 1881, após quatro, foram denunciadas pela Câmara municipal, devido à poluição que estava causando no Rio das Almas. A imprensa goiana, agindo como uma “força mobilizadora” da opinião, como diria Bourdieu (2002), conferiu ampla repercussão aos argumentos utilizados pela Companhia Mineradora e pelas autoridades envolvidas, tendendo, todavia, a apoiar a causa da Companhia, que era tida como uma esperança do progresso material de Goiás. Insatisfeita com o andamento das denúncias, a elite meiapontense, juntamente com populares, se revoltou, em 1887, quebrando e incendiando as instalações da lavra.

Palavras-Chave: Imprensa, Goiás, Lavras do Abbade, Progresso.

* Martha Victor Vieira é Doutora em História Social pelo Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro e Pós-doutorado no Departamento de Educação e Psicologia da Universidade de Aveiro-PT. Atualmente é Professora Associada I do Colegiado de História da Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT), Campus de Araguaína. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5566-5585>. E-mail: martha.vieira@ufnt.edu.br

THE GOIANA PRESS IN THE DECLINE OF THE EMPIRE: THE ABBADE'S LAVRAS AND THE HOPE OF PROGRESS

ABSTRACT:

This article aims to analyze the content of the debate promoted by the Goiás press about the Abbade mines, located in the city of Meia-Ponte. The mining activities, which began in 1881, after four years, were denounced by the city council, due to the pollution it was causing in the Rio das Almas. The Goiás press, acting as a “mobilizing force” of opinion, as Bourdieu (2002) would say, gave wide repercussion to the arguments used by Companhia Minadora and the authorities involved, tending, however, to support the Company’s cause, which was seen as a hope for the material progress of Goiás. Dissatisfied with the progress of the complaints, the Meia-Ponte elite, together with popular people, revolted in 1887, breaking and burning the mining facilities.

Keywords: Press, Goiás, Lavras do Abbade, Progress.

LA PRENSA DE GOIANA EN LA DECIDENCIA DEL IMPERIO: LAS LAVRAS DE LA ABBADE Y LA ESPERANZA DEL PROGRESO

RESUMEN:

Este artículo tiene como objetivo analizar el contenido del debate que tuvo lugar en la prensa de Goiás sobre las minas de Abbade, ubicadas en la ciudad de Meia-Ponte. Las actividades mineras, iniciadas en 1881, después de cuatro años, fueron denunciadas por el ayuntamiento, debido a la contaminación que provocaba en el Río das Almas. La prensa de Goiás, actuando como “fuerza movilizadora” de opinión, como diría Bourdieu (2002), dio amplia repercusión a los argumentos utilizados por la Companhia Minadora y las autoridades involucradas, tendiendo, sin embargo, a apoyar la causa de la Compañía, que fue vista como esperanza para el progreso material de Goiás. Insatisfechas con la marcha de las quejas, la elite de Meia Ponte, junto con el pueblo popular, se rebeló en 1887, rompiendo y quemando las instalaciones mineras.

Palabras clave: Prensa, Goiás, Lavras do Abbade, Progreso.

INTRODUÇÃO

Ao longo do século XIX, as narrativas sobre Goiás ressaltavam recorrentemente a decadência, que se seguiu à crise da mineração, e a necessidade de alavancar o progresso da região, por meio do incremento das atividades agrícolas e comerciais. As maiores dificuldades para o êxito financeiro da província, apontadas nos documentos, nas crônicas e na imprensa, deviam-se a carência de rotas fluviais e terrestres, que facilitassem a comunicação e o transporte de mercadorias. Além disso, a quantidade de povos indígenas existentes no território era apontada como um obstáculo adicional para a fixação dos colonos no Brasil central.

O historiador Noé Sandes (2001, p. 22) argumenta que essa memória oitocentista, deixada pelos cronistas, articulistas e autoridades, que destacaram a pobreza e as dificuldades do sertão goiano, precisa ser problematizada, tendo em vista que esse discurso da decadência visava adquirir maiores benefícios e concessões do Estado imperial. A inferência de Sandes pode ser corroborada se consideramos as várias legislações, que fizeram concessões fiscais e facilitaram a exploração do minério regional e a aquisição de terras nas margens dos rios Araguaia e Tocantins para promover a ocupação, o comércio, a agricultura e a indústria.

As terras goianas eram cobiçadas, devido ao seu potencial para a agropecuária e para a extração de metais preciosos. Para o êxito do projeto de desenvolvimento, constroem-se narrativas de que era preciso realizar a integração, pacífica ou forçada, dos povos originários, que estavam espalhados por toda a extensão da província. O discurso da decadência, circulando por meio de diferentes textos impressos, atrelava-se ao discurso da conquista e do progresso para justificar os projetos de ocupação territorial, ao enfatizar os vazios demográficos, ao mesmo tempo em que defendiam a inserção compulsória dos povos indígenas. As leis advindas do Estado, sob o pretexto da colonização e da civilização, não são somente importantes por legitimarem a exploração econômica, mas por sua dimensão simbólica, pois autorizam o uso legítimo da violência contra aqueles que resistem a essa ordem oficial.

Reproduzido no Período Imperial e na Primeira República, o discurso do progresso opondo-se ao da decadência constituiu, como diria Pierre Bourdieu (2002, p. 183), “uma força mobilizadora”, na medida em que era proferido, reconhecido e autorizado pelas elites políticas, econômicas e intelectuais de Goiás, que validavam as ações e as práticas consideradas cruciais para melhorar a economia e sair do atraso. No entendimento de Nasr Fayad Chaul (2010), o discurso da decadência serviu a um projeto de modernização regional. Projeto esse que, na expectativa manifestada pelo redator José do Patrocínio Marques Tocantins (1887, n. 111, p. 1), chegaria com a vinda de uma população mais “adiantada” e com o aproveitamento do “solo ubérrimo e abundante de minerais”. Uma exposição das riquezas de Goiás no Museu Nacional, prevista para dezembro de 1887, era considerada, nesse sentido, como uma forma de apressar o sonhado “progresso”.

No afã de explorar os recursos da província, em 1881, instalou-se a Companhia de Mineração Goyana nas proximidades da cidade de Meia-Ponte, com o objetivo de reativar as Minas do Abbade, que se estimava renderia muito lucro aos proprietários e contribuiria para melhorar a situação financeira de

Goiás. Os articulistas da imprensa goiana, “tomando a nuvem por Juno”, como se aventou na ocasião, foram unânimes em aplaudir a iniciativa, que não se consolidou, apesar dos esforços do governo imperial, devido a uma inesperada reação, envolvendo a elite meiapontense e as camadas populares. Parece que o preço do progresso foi considerado então alto demais ou não se ofereceu pagamento suficiente a todos os envolvidos no jogo. Esse artigo, ao analisar os periódicos *O Publicador Goyano* e *Goyaz: órgão democrata*, pretende analisar como o debate sobre as Minas do Abade adentrou o campo político goiano, reforçando o discurso do progresso, tendo a imprensa como instrumento de propaganda, de disputas de ideias, de projetos e de direitos.

AS CAUSAS DA DECADÊNCIA E A ESPERANÇA DO PROGRESSO

A sede e a fome de alavancar o desenvolvimento econômico eram reiteradas, com ênfase, pelas elites goianas e pelos seus representantes políticos no Oitocentos. Por meio da legislação, das memórias, da literatura e, especialmente, da imprensa construiu-se um consenso sobre a necessidade premente de tirar Goiás do atraso. Já o decreto que criou a Comarca de São João das Duas Barras (Comarca do Norte), desanexando-a de Goiás, em 18 de março de 1809, além de facilitar a administração da justiça, pretendia “adiantar, e promover a agricultura, população e comércio”, incrementando a navegação dos rios que faziam comunicação com as capitânicas do Pará e Mato Grosso (Brasil, 1809, p. 28).

A política de conquista territorial torna-se mais notória na Carta Régia de 6 de setembro de 1811, com a criação da Sociedade de Comércio entre as Capitânicas de Goiás e Pará. Aos sócios dessa Sociedade foi oferecida sesmaria nas margens dos rios Tocantins, Araguaia e Maranhão, facilitando-lhes o acesso aos postos das Companhias de Milícias e Ordenanças. A mesma Carta Régia ainda determina a instalação de presídios, para conter as ações de resistência dos Apinajé, Xavante, Xerente e Canoeiro (Brasil, 1811).

A Carta de 1811 seria resultado do conhecimento, pelo Regente D. João VI, da *Memória Econômica Política sobre o Comércio ativo da Capitania de Goiás*, escrita, em 1806, por Joaquim Theotônio Segurado, que afirma conhecer as causas da “decadência” e os meios necessários para superá-la. Por isso redige essa *Memória*, na qual enfatiza a grande capacidade agropecuária de Goiás, citando vários produtos que podem ser comercializados, caso houvesse a concessão de incentivos fiscais do Estado para animar os negociantes e a vinda de moradores:

Três ou quatro Feitorias no Araguaia, e duas no Maranhão, juntas com o privilégio de não pagarem dízimos pelo espaço de dez anos, que se estabelecerem nas margens dos ditos rios, afiançarão aos navegantes tanto a sua subsistência, como a sua segurança da parte dos Gentios (Segurado, 1982, p. 53).

As descrições detalhadas registradas por Teotônio Segurado, provavelmente tentando chamar atenção da Coroa para as suas propostas, se silencia sobre a questão da mineração, que, apesar do discurso da crise, não deixou de ser praticada nem rentável para Goiás. Na mesma tradição narrativa de Segurado, Luíz Antônio da Silva e Souza, Raimundo José da Cunha Mattos, Auguste de Saint-Hilaire, Couto de Magalhães, entre outros, contribuíram para circular narrativas, conferindo sentido a dois pares de opos-

tos: decadência e progresso. Providências relativas à fundação de presídios, comarcas, vilas e empreendimentos industriais reforçaram as proposições de que a melhoria das finanças goianas demandaria ações de conquista dos povos e exploração das terras para que o progresso fosse viabilizado.

Alfredo D'Escragolle Taunay, em outra circunstância histórica, ao comentar a Exposição Nacional de 1875, retoma e renova a tradição narrativa da discrepância entre a capacidade produtiva e a carência financeira do sertão goiano, afirmando ser “triste viver-se em terra que vai em decadência, sem que ao longe se veja luzir promessa de melhores tempos”. Na sua visão, apesar da extensão territorial, dos campos ubérrimos, dos metais preciosos e dos rios que viabilizavam o comércio interno de mercadorias, Goiás era uma região pobre por estar no centro do Brasil, longe das orlas marítimas, onde havia “vitalidade e civilização”.

Goyaz não tem população para bem povoar uma zona sequer de seu immenso território; não tem hábitos de trabalho constante, pois não vê a retribuição immediata do labor; não sente em si a evolução do progresso; vive vida languida e desanimada e, prostrado sobre minas riquíssimas de ouro, não possui um real de seu (Taunay, 1876, p. 7)

Opondo o litoral civilizado ao sertão parcamente povoado e carente por ser inexplorado, os fatos propagandeados, visavam atrair investidores, imigrantes e benefícios estatais. Recorre-se ao antigo e reconhecido argumento da distância, alegando que para se chegar à Cidade de Goiás ter-se-ia que vencer léguas e léguas por terras desconhecidas, que nas estações chuvosas eram ínvias. As cidades goianas estariam “moribundas”. O progresso de São Paulo para o Norte era a esperança para sair do “entorpecimento de lethal prostração” (Taunay, 1975, p. 7-8). Embora o discurso da decadência seja retroalimentado desde o início do século XIX, havia na década de 1870, um diferencial, pois a promessa de linha férrea representava uma possibilidade de progresso para o Sul goiano. Já para o Norte as expectativas eram ainda depositadas na navegação dos rios Araguaia e Tocantins.

Encurtando as distâncias, um decreto imperial de 1873 autorizou a construção de uma estrada de ferro, que iria facilitar a integração e a comunicação de Goiás às demais partes do território brasileiro (Rodríguez, 2011). O braço do Estado brasileiro, almejando futuras receitas fiscais, se condói, corroborando para a comercialização de mercadorias e demonstrando disposição para fazer concessões aos empresários nacionais e estrangeiros que quisessem explorar as riquezas da terra, ocultas sob a bela paisagem natural goiana. A imprensa corrobora as iniciativas governamentais, fazendo circular a propaganda das vantagens de se investir e morar em Goiás. Com a carência de braços, por causa das leis restritivas da escravidão africana, o redator do *O Publicador Goyano* redige um editorial, traduzido para o alemão no próprio periódico, buscando incentivar a vinda de empreendedores e trabalhadores europeus, com os seguintes dizeres:

N'esta terra onde o criador distribuiu, com mão pródiga, a par da luxuriosa flora, a abundante fauna, que cobrem as jazidas intactas dos metais de toda espécie [...] existem recursos de sobra [...]. É para esta província que devem afluir os imigrantes europeus, amigos do trabalho e desejosos de fazer fortuna rápida, pois é aqui o lugar por excelência, onde um homem pode levar nas algibeiras de sua vestimenta, uma porção considerável de valores em ouro ou em pedras de diamante (Tocantins, n. 85, 1886, p. 1).

Entre os rios em que se poderia explorar para mineração estavam: Rio Peixe, Rio Maranhão, Água Quente, Rio Vermelho, Jaraguá, Ouro Fino, Meia-Ponte, Anicuns e vários outros. Entretanto, o “atraso da população” impediria os goianos de tirarem proveito dessas riquezas naturais. Tinha-se a esperança de que com a chegada da estrada de ferro, não se precisaria “convidar mais ninguém”, porque acabaria o obstáculo para a “imigração espontânea, por quanto, porém, nos é preciso vir a imprensa noticiar as nossas riquezas aos estrangeiros e convidá-los para que venham se felicitar”. A exposição feita em alemão, seguida de um relato das minas goianas, traduzidas em francês, era direcionada para uma exposição na Europa, a fim de tornar conhecida a província aos leitores europeus (Tocantins, n. 85, 1886, p. 1).

O potencial econômico de Goiás atraiu, em 1881, o francês Bernard Alfred Amblar d’Arena, chamado de Alfredo Arena, que conheceu as lavras do Abbade, de Meia-Ponte, em 1881, por convite das “pessoas mais gradas da cidade”, que queriam que a Companhia se instalasse nessa localidade, visando obter lucros com a exploração das minas (Arena, 1886, n. 64, p. 3). Essas lavras, por volta de 1750, teriam sido exploradas pelo guarda-mor João Rodrigues Abade, e posteriormente, abandonada, possivelmente por falta de instrumentos técnicos adequados de exploração mineral. Arena, observando que a mina ainda era rica em ouro, resolveu investir neste local, fazendo tratativas com o governo federal e municipal. A câmara de Meia-Ponte teria determinado quatro dias “para que funcionasse a mina, assim as águas turvas se limpariam no domingo e sobraria dois dias para o trabalho das lavadeiras e coleta de águas potáveis”. Exigia-se também que Arena “reativasse o chafariz da praça da Matriz”, prevendo o contrato uma multa pelo descumprimento. O gerente da Companhia, porém, não teria aceitado as normas estabelecidas, iniciando, à revelia, o trabalho de mineração, o que causou indignação das autoridades e da população (Cruz, s/d). O debate sobre as lavras do Abbade teve ampla repercussão na imprensa, sobretudo nos jornais *O Publicador Goyano* e *Goyas: órgão democrata*.

A forma predatória como se instalaram as atividades extrativas nas minas do Abbade em Meia-Ponte é uma amostra do preço do desenvolvimento econômico, quando não há planejamento e consciência possível para considerar os impactos que determinadas ações humanas provocam no meio ambiente. No declínio do Brasil Imperial, quando em Goiás considerava-se ser urgente sair da condição de “atraso” e angariar riquezas, com base na exploração de produtos naturais e da terra, as questões ambientais, quando aparecem, são consideradas como uma “mal menor”, diante da necessidade de expansão do capital. Por isso, toda imprensa goiana saudou a iniciativa da Companhia de Mineração Goiana, fundada para explorar as minas do Abbade. Mesmo após as denúncias de poluição do Rio das Almas, a imprensa defendeu os interesses dos proprietários da lavra. As questões político-partidárias entre a elite meiapontense e os redatores de alguns dos principais periódicos de Goiás foram o fiel da balança para a formação de uma opinião favorável à Companhia.

A “FORÇA MOBILIZADORA” DA IMPRENSA GOIANA

Mesmo sendo uma província periférica, a elite goiana possuía uma clara percepção do poder da imprensa para formar a opinião pública, especialmente no que tange às questões de ordem política. Para defender suas ideias e atacar os seus adversários, vários membros dessa elite fundavam jornais,

que, em sua maioria, tinha tiragem reduzida, baixa circulação e longevidade. Sobre as disputas entre as elites goianas, Maria Santana (1976, p. 386) destaca que: “foram lutas de grupos, lutas de família, lutas de interesses pessoais”, que se imiscuíam com as questões políticas. Nota-se que, entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX, os jornais de Goiás se constituíam como um “campo de disputas” partidárias entre grupos oligárquicos, que, discursivamente, querem marcar uma identidade política diferenciada (Sandes, 2013, p. 10).

A imprensa goiana, nitidamente politizada, mesmo pertencendo a grupos opostos, adotou o discurso da decadência versus progresso, legitimando os projetos, os interesses e os *modus operandi* dominantes. Analisando a trajetória e as particularidades dos periódicos, Rosana Maria Ribeiro Borges e Angelita Pereira de Lima afirmam que:

no final do século XIX, a cidade de Vila Boa era palco de efervescência cultural, política e intelectual, além de concentrar todas as decisões administrativas. Mais de trinta jornais circulavam na cidade, mantendo, em sua maioria, a linha dos periódicos nacionais deste período: ideários republicanos e liberais e duras críticas ao governo (Borges; Lima, p. 74).

Dentre os jornais que circulavam nesse período estava O *Publicador Goyano*, que teve seu primeiro número datado de 25 de fevereiro de 1885, saindo uma vez por semana, sem ter um dia determinado. Abaixo do nome, grafado em maiúsculo, havia a frase: Órgão dos interesses do povo. Os proprietários eram os irmãos José do Patrocínio Marques Tocantins e Pacífico Marques Aranha, que esclareciam ao leitor que almejavam servir à terra natal, por meio da imprensa, mas que precisavam de trabalho “para não se tornarem pesados aos seus semelhantes” (O publicador goyano, 1886, n. 85, p. 1). Por isso, as matérias, as propagandas de lojas e produtos e o próprio jornal era vendido, contudo, advertia-se que os redatores somente se responsabilizariam pela parte editorial.

José do Patrocínio Marques Tocantins (1844-1889) era um homem preto, de baixa condição financeira, militante abolicionista, que estudou mineralogia e música, com a ajuda da elite goiana, chegando a trabalhar, no Rio de Janeiro, no *Jornal do Comércio* e no *Diário do Rio*. Na província de Goiás teria contribuído na redação do *Correio Oficial de Goyaz*, do *Tribuna Livre* e do *Goyaz: órgão democrata*, os dois últimos ligados à família Bulhões (Lima, 2021).

O *Publicador* atuava como uma empresa, que empregava, sobretudo, membros da própria família. Pacífico Marques Aranha dirigia a oficina, adquirindo os utensílios necessários. José do Patrocínio Marques Tocantins fazia a redação e a paginação, sendo ajudado por sua esposa Anna F. de Barros Tocantins, que fazia a correção dos textos. Os sobrinhos de Tocantins, Luiza Suzana, Anna Gabriela e Maria do Rosário Xavier de Barros, atuavam como compositoras, organizando as letras na prensa tipográfica, sendo auxiliadas por Apolinário Marinho. Henrique Alfredo Peclat trabalhava no volante da máquina e na distribuição. Esse periódico teria a maior tiragem da província, cerca de 750 exemplares semanais, era distribuído aos assinantes de Goiás e a outros periódicos, com quem se fazia permuta, sendo esses do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Alagoas, Sergipe, Pernambuco, Espírito Santo, Paraná, Ceará, Pará, Mato Grosso, Rio Grande do Sul e Paris (O publicador goyano, 1886, n. 85, p. 1-2). Na oficina do *Publicador* se faziam outros jornais, folhetos e faturas, o que contraria uma tendência

da imprensa da época, pois, segundo Sodré (1999, p. 324), eram “raros” os jornais que atuavam como empresa, sendo geralmente utilizados como instrumentos de “luta política”, que assumiam “aspectos pessoais terríveis”, culminando em xingamentos e denúncias recíprocas. *O Publicador* vangloriava-se de receber artigos de pessoas de todas as classes sociais, incluindo “poesias de senhoras goyanas”, o que, na sua visão, contribuía para o interesse dos leitores (*O publicador goyano*, 1886, n. 85, p. 2).

O Publicador, em um editorial de 1885, em comemoração ao primeiro semestre de surgimento do jornal, agradece a todos que compreendiam a utilidade de uma imprensa apartidária e “imparcial” que “[...] se dedica esforçadamente ao desenvolvimento do progresso da província” (Tocantins, 1885, n. 25, p. 1). No mesmo número, abaixo do editorial, *O Publicador* divulga uma matéria anônima que faz a defesa da Companhia que detinha os direitos de exploração das lavras do Abbade. Com o título de Colaboração, o artigo narra que a Companhia estava encontrando, da parte do povo de Meia-Ponte, “tal ou qual hostilidade escarminha por entender ser tudo aquilo a nuvem de Juno”, ou seja, ser as vantagens da mina uma mera utopia. A narrativa anônima publicada, porém, defende o empreendimento, que iria fazer “uma revolução no estado econômico” de Goiás, influenciando “poderosamente nos destinos desta província, que mais que nenhuma oferece ao estrangeiro todos os climas europeus [...], além da fabulosa riqueza da fauna e da flora” (Colaboração, 1885, n. 25, p. 1).

O drama entre desenvolver e prejudicar a natureza, tão em voga neste século XXI, é colocado claramente por Floriano Florambel (1885, n. 31, p. 2) nas *Notas de Viagem*, divulgadas pelo *Publicador*. O coronel reconhece que os trabalhos da Companhia estavam fazendo com que uma grande quantidade de areia caísse no Rio das Almas, soterrando e tirando a limpidez das águas. Contudo, lhe parecia “irrazoável” interromper os trabalhos, já “adiantados”, da mineração. Ao mesmo tempo se pergunta: Mas como sacrificar uma população inteira pela riqueza de alguns?

Os articulistas da imprensa são concordes em avaliar, positivamente, o gerente Alfredo Arena e a Companhia, mas entre os elogios sobressai-se a crítica, que seria de alguns populares e da elite de Meia-Ponte, que estariam questionando a riqueza e os benefícios que seriam trazidos pelas lavras do Abbade. Sobre essa insatisfação a Câmara Municipal fez uma representação ao presidente da província, com a acusação que as minas estavam poluindo o Rio das Almas, “único manancial que abastece a cidade, inutilizando e turvando as suas águas” (Um dos habitantes, 1886, n. 55, p. 4). O presidente acatou essas denúncias, solicitando a suspensão dos trabalhos da lavra.

Nesse período de denúncias das atividades poluidoras da lavra do Abbade, foram presidentes de Goiás: Júlio Barbosa de Vasconcelos, de 17/10/1885 a 06/01/1886; Guilherme Francisco Cruz, de 06/01/1886 a 13/08/1886, e Luiz Silveira Alves e Lima, de 13/08/1886 a 20/10/1887 (Ferreira, 1980). Os três presidentes eram tidos como membros do Partido Conservador, cujo Gabinete ascendeu ao poder em 1885, ficando até 1888.

Diante da querela, o próprio Alfredo Arena (1886) envia ao *Publicador* um protesto, alegando que estava sendo perseguido pelas autoridades meiapontenses, que violavam o seu direito de propriedade e ainda o processavam por crime de desobediência. Alegava ainda que a Câmara agia de má fé, porque

esperou cinco anos para fazer a primeira reclamação, quando já havia sido investido um grande capital na atividade. Segundo Arena, o Estado brasileiro havia concedido “20 datas de terras minerais, e com suas águas correspondentes e mineradas essas durante o longo espaço de cem anos sem interrupção alguma”. Devido a determinação de paralisação das atividades do Abbade, ele estaria pedindo indenização diária pelos prejuízos (Arena, 1886, n. 57, p. 4). Arena defendia-se apontando que o Rio das Almas atolava gado *vacum* desde tempos imemoriais e que os vereadores da cidade estavam armando um “aranzel”, com base em calúnias e mentiras (Arena, 1886, n. 64, p. 4).

Realizando um contraprotesto, os vereadores da Câmara de Meia-Ponte argumentam que, desde o início, avisaram o Dr. Arena sobre as precauções a serem tomadas para não prejudicar o Rio das Almas, mas foram totalmente ignorados. Entre as ações danosas da Companhia estava mudar o curso do Rio das Almas, para correr nas lavras do Abbade, atolando-o com terras. De modo que a população e as lavadeiras tiveram que recorrer ao Rio Lavapés e ao córrego Mar-e-guerra, sendo este mais distante, o que provocou a elevação desses serviços (Siqueira, 1886, p. 4).

Outro órgão da imprensa que apoiou a Companhia Mineradora foi o *Goyas: órgão democrata*. Esse jornal, que até o número 25 chamava-se *Goyaz: órgão do Partido Liberal*, tinha nítida filiação política, como o próprio subtítulo inicial deixa evidente. Fundado pelos irmãos Felix e Leopoldo de Bulhões, esse periódico publicou o seu primeiro número no dia 17 de setembro de 1885, utilizando um material tipográfico que teria vindo direto de Paris, levando cerca de um ano para chegar. Nos anúncios dos advogados, publicados na primeira página, constava a informação de que José Leopoldo de Bulhões Jardim e Antônio Felix de Bulhões Jardim advogavam “gratuitamente nas causas da liberdade e nas questões eleitorais no interesse do Partido Liberal” (Advogados, 1885, n. 3, p. 1). O jornal *Goyaz* trazia notícias sobre política, folhetins, fala dos leitores, informações sobre as cidades goianas e algumas poucas publicidades.

Os irmãos Bulhões pertenciam a uma família tradicional goiana e estavam envolvidos com a política local e regional, tendo se destacado como dirigentes especialmente após meados do século XIX (Araújo, 2019). Os Bulhões seriam oriundos da família Felix de Souza Rodrigues Jardim e residiam em Goiás desde o surgimento da mineração. Eram netos de José Rodrigues Jardim, que foi presidente da província entre os anos de 1831 e 1837 (Moraes, 2018).

Os redatores do jornal *Goyaz* declaravam-se, publicamente, liberais e abolicionistas e indicavam ter influência das ideias federalistas. A aproximação ao republicanismo, por parte dos Bulhões, teria ocorrido em meados de 1880, em uma manifestação no *Goyaz*, onde afirmaram que sempre foram “democratas”: “A guinada de divisa dos Bulhões, de liberais para democráticos, em 1886, não implicou em mudanças de ideias” (Santana, 1976, p. 387), visto que, mesmo dizendo-se liberais, tinham pautas que coincidiam com as republicanas.

Diferente do tom do *Publicador*, no *Goyaz* o tema do Abbade foi bastante partidarizado. Utilizando o jargão jurídico, desde o início dos debates, o *Goyaz* questionava a justificativa da Câmara de Meia-Ponte sobre a razão de solicitar a paralisação das atividades da mineração do Abbade pelo fato de

estar poluindo o Rio das Almas. Para os redatores, os dirigentes de Meia-Ponte não falavam a verdade, que era um direito dos cidadãos brasileiros minerar, independente das concessões governamentais. Por isso, afirmava-se que a atitude do presidente Guilherme Francisco Cruz foi arbitrária e ilegal ao paralisar os trabalhos de mineração: “O ato do Sr. Cruz foi, portanto, sob todos os pontos de vista, mais do que um erro: foi uma violência ao direito inconcusso e indiscutível da Companhia” (As minas do abbade, 1886, n. 31, p. 2).

As discussões na imprensa goiana foram acirradas em torno das tensões envolvendo as lavras do Abbade. Ao ser proibida, pelo presidente provincial, de continuar a explorar as minas, a Companhia mineradora recorreu ao governo central, que, por meio do Ministério da Agricultura, autorizou a retomada das atividades de mineração em 24 de fevereiro de 1887. Em 18 de março, o presidente notificou, por meio de Ofício, a decisão do governo à Companhia, mas a correspondência teria sido, propositalmente, extraviada pelas autoridades, com a anuência do agente do correio, segundo denúncia de Alfredo Arena (1887, n. 135, p. 4), divulgada em um artigo do *Publicador* e no *Jornal do Comércio do Rio de Janeiro*. A tomada de conhecimento desse Ofício, sobre a autorização da retomada das atividades do Abbade, teria provocado a revolta popular contra as instalações da lavra. O caso do Abbade chegou a ser satirizado por Machado de Assis (1937), na sua *Gazeta da Holanda*: “Ah! Goiás... Goiás existe;/E tanto que a vinte e dois/ De março saiu um triste/E longo bando de grous/Como os de que fala o Dante/ Que van cantando lor lai/Mas cá o pio ora avante/Era só: quebrai, quebrai.”

A REVOLTA DO ABBADE NA IMPRENSA

Segundo as narrativas do *Publicador Goyano* e do *Goyaz: órgão democrata*, nos dias 22 e 24 de março de 1887, um grupo de cerca de 35 a 40 pessoas, entre as quais havia escravizados, contando, com a anuência das autoridades municipais, invadiu as lavras do Abbade, fazendo agressões físicas, roubando utensílios, destruindo as máquinas e incendiando o local. O intento do grupo era impedir que a Companhia pudesse dar continuidade ao seu trabalho nas lavras, visto estarem prejudicando o Rio das Almas.

A invasão e destruição das minas do Abbade, que também ficou conhecida como a Revolta dos Caras Pretas, porque os revoltosos tinham os rostos pintados, aguçou as discussões na imprensa, que já vinham sendo feitas desde 1885. O jornal *Goyaz: órgão democrata* e o *Publicador Goyano* conferiram ampla publicidade à acusação de que um conhecido chefe conservador local, o juiz municipal Luiz Gonzaga Jayme de Sá e o seu irmão João Jayme de Sá eram os mandantes dos atos de “vandalismo”, ocorridos nas dependências dessa Companhia de Mineração nos dias 22 e 24 de março de 1887, onde provocaram incêndio, agressão e roubo de equipamentos.

O gerente da Companhia, Antônio Viegas de Athaide (1887, n. 111, p. 4) divulgou no *Publicador Goyano* uma lista com os nomes de todos os envolvidos na revolta e das testemunhas, cobrando providências policiais. Protestando contra a citação do seu nome, o comendador Manoel Barbo de Siqueira (1887, n. 113, p. 4) negou participação neste ato, no qual estariam envolvidos dois escravos e um camarada seu. Luiz Gonzaga Jayme (1887) e outros citados no *Publicador* também negaram a colaboração no assalto ao Abbade.

As mesmas negações de envolvimento, feitas pelas elites, foram veiculadas no *Goyaz: órgão democrata*, em 23 de abril de 1887. Já no número de 6 maio de 1887, um editorial se posiciona, comentando que esperava que o “major Jayme e seus cinco bravos filhos”, por meio dos “protestos” divulgados na imprensa, conseguisse provar sua inocência perante a “opinião pública”, visto estarem sendo acusados de serem “cabeças da sedição”. Na visão do editorial, o ataque às lavras do Abbade foi o “maior atentado à propriedade” registrado nos anais da província. A população de Meia-Ponte estaria sendo ameaçada de morte, para manter silêncio sobre o que sabia dos fatos (Vandalismo, 1887, n. 85, p. 1).

O desfecho criminoso estava anunciado desde 1885, quando foram feitas as primeiras representações contra Alfredo Arena. Assan Venturelli Wander (1886), empregado da Companhia de Mineração, narra em um artigo do *Publicador* que foi à cidade de Meia-Ponte como testemunha no processo e viu oito homens armados prenderem um trabalhador da Companhia. Ao perguntar sobre a razão da prisão, Assan teve conhecimento que o delegado havia ordenado para levar à sua presença todos os trabalhadores do Abbade e que o objetivo final era prender também o Dr. Arena.

Após a grande repercussão, em âmbito nacional, do atentado às lavras do Abbade, cometido em março de 1887, os vereadores, ao se pronunciarem no *Publicador Goyano*, defenderam-se, acusando o gerente Alfredo Arena de desobediência e injúria à Câmara de Meia-Ponte. A Câmara também cobrava pelos danos causados aos munícipes, por desobedecer a ordem de paralisação da mineração e por caluniar as autoridades locais. Ademais, alegava-se que as atividades da lavra haviam contribuído para: 1) o aumento do preço dos alimentos; 2) o encarecimento do serviço cobrado pelas lavadeiras; 3) tornar as águas do Rio das Almas barrentas e “inservíveis” para a população; e 4) a mudança do curso das águas do mesmo Rio.

Nota-se que o argumento mais recorrente para solicitar a paralisação da mineração no Abbade era feito em nome do Rio das Almas, cuja água estava ficando imprópria para tomar banho, ser consumida e lavar as roupas, o que estaria causando, inclusive, desavenças entre as lavadeiras, que passaram a concorrer por espaço nos demais córregos da região. O clamor popular pela denúncia desse crime ambiental, todavia, não recebeu a atenção das autoridades que estavam preocupadas com o crime cometido contra o patrimônio da Companhia. A imprensa de matriz liberal, por vez, politizou essa revolta, a fim de criticar os desmandos da governança meiapontense, que pertencia ao Partido Conservador.

A diferença entre as narrativas do *Goyaz* e do *Publicador* era que o primeiro explicitamente acusava as autoridades meiapontenses de serem as lideranças do “vandalismo” ocorrido no Abbade; enquanto o segundo publicou diferentes versões sobre os fatos, adotando um posicionamento mais “imparcial”. Os dois periódicos, todavia, concordavam sobre a importância da Companhia de Mineração Goiana para o desenvolvimento provincial.

As narrativas veiculadas pelo *Goyaz: órgão democrata* acusavam, abertamente, as autoridades locais de estarem envolvidas com o episódio do Abbade e criticam o presidente por acobertar as ações dos seus correligionários conservadores de Meia-Ponte. Luiz Gonzaga Jayme (1887, n. 117, p. 2), por meio do *Publicador*, desafia o jornal *Goyaz* a provar as acusações feitas contra ele. Tendo-se apresentado à

polícia, Leopoldo de Bulhões, proprietário e principal redator do *Goyaz*, afirma que os artigos eram de autoria do Dr. Jacome Martins Baggi de Araújo, contudo, ele próprio os subscreveria, “sem restrição alguma” (Vandalismo, 1887, n. 88, p. 4).

Nas narrativas publicadas tanto no *Goyaz* quanto no *Publicador*, os acusados de liderarem o grupo envolvido nas ações criminosas do Abbade negaram a sua participação, emitindo protestos contra as denúncias que circularam na imprensa. O *Goyaz*, em 16 abril de 1887, informou que o chefe de polícia, Ramiro Pereira de Abreu, havia ido a Meia-Ponte, acompanhado de 16 praças, para tratar a questão do Abbade em que estava “envolvida a flor da gente do partido da ordem naquelas paragens” (Notícias, 1887, n. 82, p. 4). Partido da Ordem era o nome conferido ao Partido Conservador no Brasil Império.

Na investigação feita pelo chefe de polícia, Ramiro Pereira de Abreu, após ouvir trinta e cinco testemunhas, foram indiciadas de vinte sete a trinta pessoas como mandantes ou mandatários (Lavras do abbade, 1887, n. 117, p. 4). Entre os pronunciados estavam: o major e juiz de direito Luiz Gonzaga Jaime de Sá, o tenente Manoel José de Siqueira e o subdelegado de polícia Rubem Pereira da Silva. Em relação aos escravizados que participaram do ato, citava-se no jornal o nome e o respectivo proprietário, tais como: “João, escravo do comendador M. Barbo”, “Eufrasio, Antônio Feliciano, João Pires, Paulo, de Antônio Gomes”, “Umbelino, de Joaquim da Costa Carvalho”, entre outros (Athaide, 1887, n. 131, p. 4).

As acusações recíprocas circularam na imprensa entre 1886 e 1887. O jornal *Goyaz: órgão democrata* acusava as autoridades meiapontenses pelos crimes cometidos na lavra do Abbade, associando as ações ao partido conservador goiano, que teria “esquecido seu programa de ordem para só fazer desordens” (Imprensa, n. 95, p. 3). O *Publicador Goyano*, embora mais discretamente, endossava as acusações do *Goyaz*, argumentando que os atentados contra a lavra do Abbade haviam prejudicado o desenvolvimento da província. José do Patrocínio Marques Tocantins (n. 118, 1887, p. 1) chega a dizer que as ações criminosas do Abbade eram resultado do “atraso”, que seria remediado com a vinda de imigrantes europeus para a província. O aparente consenso desses dois jornais, apesar da diferença da linha editorial, não é de se estranhar, devido às relações de parentesco que uniam os proprietários, visto que a esposa de José do Patrocínio Marques Tocantins era Ana Francisca Bulhões Jardim, filha de Antônio Felix de Bulhões.

No desfecho desse episódio, Alfredo Arena acabou foragindo de Goiás, por medo de represálias. O principal mandatário do atentado, o juiz Luiz Gonzaga Jaime de Sá, depois de uma intensa batalha jurídica, livrou-se da prisão e o governo imperial teve que indenizar os proprietários da Companhia de Mineração. O jornal *A União: órgão do partido conservador*, em 1888, felicita Luiz Gonzaga Jaime, que foi absolvido pelo Tribunal da Relação, e reclama da perseguição promovida pelo *Goyaz* contra o seu correligionário. Ratifica-se, assim, a partidarização promovida pela imprensa do atentado ao Abbade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos periódicos *O Publicador Goyano* e *Goyaz: órgão democrata* contribui para se compreender os sentidos atribuídos pelos políticos e intelectuais a algumas ideias-força que estão mobilizando as opiniões no declínio do Império, entre as quais estão as palavras progresso, civilização e desenvolvimento, algumas vezes usadas como similares, opondo-se à decadência.

O reconhecimento do poder da palavra impressa fez com que muitos jornais fossem criados de forma casuística para corroborar as disputas no campo político. Desde o primeiro jornal goiano *A Matutina Meiapontense* (1830-1834), a elite regional percebe, como afirma Robert Darnton, que para tomar o poder teria “que tomar a palavra e difundi-la”. Daí o grande interesse que os poderes públicos e privados de Goiás possuíam em adquirir uma tipografia para dar publicidade às suas ações. Por ser um bem simbólico cobiçado e disputado, a imprensa tornou-se também um negócio muito rentável.

Comparando as narrativas do *Goyaz: órgão democrata* com as versões veiculadas pelo *Publicador Goyano*, nota-se que a imprensa era uma “força mobilizadora”, que atuava como um agente político e emitia enunciados performativos (Bourdieu, 2002), que visavam tornar realidade a representação, ou seja, queriam tornar conhecidas e reconhecidas como legítimas as suas opiniões sobre o mundo social, particularmente sobre a arena política, a fim de que os seus interesses privados e do seu grupo ideológico fosse favorecido.

Corroborando os estudos de Darnton (1996) sobre os impressos no contexto da Revolução Francesa, o conteúdo desses dois jornais goianos, que circularam no final do século XIX, denota uma mudança no cenário histórico e na cultura política vigente, pois, juntamente com a defesa do progresso regional, falava-se na emancipação da escravatura, do acesso à educação, do direito das mulheres, da imigração e das ideias republicanas e democráticas.

É importante apontar que, em determinado espaço e tempo, podem existir várias culturas políticas que competem entre si, havendo, contudo, uma que predomina (Gomes, 2005, p. 31). Essa predominância pode ser identificada no funcionamento institucional, nas legislações, nos comportamentos eleitorais e no vocabulário recorrentemente usado, mais precisamente no sentido e no valor conferido às ideias e às práticas políticas. Nesse contexto regional goiano, as ideias estão mudando, entretanto, as práticas políticas ainda são bastante tradicionais, personalistas e violentas, como demonstra o atentado contra as lavras do Abbade, ocorridos nos dias 22 e 24 de março de 1887, na propriedade da Companhia de Mineração Goiana, em Meia-Ponte. Esse episódio evidencia a forma como o clientelismo político favorecia à impunidade neste contexto histórico. Indica também que os potentados locais usavam da violência e das instituições jurídicas para fazer valer as suas posições, não raro, contrariando as orientações do governo central.

Além das disputas de narrativas na imprensa, o que chama atenção nesse crime contra o patrimônio é que a causa dos atos de “vandalismo” nas lavras do Abbade seria devido à poluição do Rio das Almas pela atividade mineradora, sendo essa a razão alegada pela Câmara, que fez uma representação contra

a Companhia. Por não ser atendida essa representação, a população se revoltou, instigada pela elite meiapontense. A questão ambiental, mesmo sendo a principal justificativa da revolta das lavras do Abbade, aparece em segundo plano e recebe pouca atenção da imprensa, devido ao interesse demonstrado pela elite política e intelectual no progresso econômico da província, que, na visão de um articulista contemporâneo aos fatos, tomou a nuvem por Juno, no que tange aos benefícios que seriam gerados pela Companhia mineradora.

Há, nesse aspecto, uma continuidade no discurso e nas práticas das elites brasileiras, que tendem a priorizar o capital em detrimento do ambiental. O agravante é que já há indícios de sobejo que o planeta está sendo destruído, gradativamente, pelas ações antrópicas. Discutir aspectos históricos que tangenciam a questão ambiental e lembrar dos erros das políticas econômicas do passado pode contribuir para se pensar sobre a possibilidade do desenvolvimento sustentável em Goiás e no Brasil como um todo.

REFERÊNCIAS

- Advogados (1885, 5 de Outubro). In. Goyaz: órgão democrata, n. 3 (p. 2). Disponível em: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. <<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>>. Acesso em: jun. 2024.
- Araújo, P. S. (2009). A oligarquia Bulhões e a modernização do sertão goiano (1878-1912). Anais do II Congresso Nacional e III Regional de História da UFG/Jataí. Disponível em: <[http://www.congressohistoriajatai.org/anais2009/doc%20\(47\).pdf](http://www.congressohistoriajatai.org/anais2009/doc%20(47).pdf)>. Acesso em 15 de jun. 2023.
- Arena, A. (1886, 28 de Março) Companhia de mineração goyana protesto. In. O publicador goyano. n. 57 (p. 4). Disponível em: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. <<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>>. Acesso em: maio 2023.
- Arena, A. (1886, 15 de Maio) Resposta ao contraprotesto da câmara municipal de Meiaponte. In. O publicador goyano. n. 64(p. 4). Disponível em: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. <<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>>. Acesso em: maio 2023.
- Arena, A. (1887, 24 de Setembro) Questão do Abbade. In. O publicador goyano. n. 135, (p. 4). Disponível em: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. <<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>>. Acesso em: maio 2023.
- As minas do Abbade. (1886, 22 Julho). In. Goyaz: órgão democrata, n. 31 (p. 2). Disponível em: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. <<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>>. Acesso em: jun. 2024.
- ASSIS, M. (1937). Obras completas. Rio de Janeiro: Edições Jackson.
- Athaide, A. V. (1887, 9 de Abril) In. O publicador goyano. n. 111, p. 4. Disponível em: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. <<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>>. Acesso em: maio 2023.
- Athaide, A. V. (27 de Agosto) In. O publicador goyano. n. 131 (p. 4). Disponível em: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. <<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>>. Acesso em: maio 2023.
- Barbosa, M. (2010). História cultural da imprensa: Brasil – 1800-1900. Rio de Janeiro: Mauad X.
- Borges, R. M. R; Lima, A. P. de. (2008). História da imprensa goiana: dos velhos tempos da colônia à modernidade mercadológica. Revista UFG. Goiânia, ano X, n. 5, 68-87.
- Bourdieu, P. (2002). O poder simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil.
- Brasil (2011)– Decreto de 18 de março de 1809. In. SAMPAIO, Luiz Augusto. Legislação sobre Goiás no Reino e no Império (p. 23-26). Goiânia: Contato Comunicação.

Brasil (2011) – Carta regia de 5 de setembro de 1811. In. SAMPAIO, Luiz Augusto. Legislação sobre Goiás no Reino e no Império (p. 32-35). Goiânia: Contato Comunicação.

Colaboração. (1885, 16 de Agosto) Mineração do ouro. In. O publicador goyano. Goyaz, n. 25 (p. 1). Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>>. Acesso em: maio 2023.

Cruz, M. (s/d). As minas do Arena. In. O portal de turismo de Pirenópolis. Disponível em: <https://pirenopolis.tur.br/cultura/historia/as-lavras-do-abade>. Acesso em 18 de jun. 2024.

Darnton, R. (1996). Introdução. In. Darnton, R; Roche, D. (Org.) Revolução impressa: a imprensa na França (1775-1800) (p. 15-17). São Paulo: Edusp.

Ferreira, J. C. (1980). Presidentes e governadores de Goiás. UFG.

Florambel, F. (1885, 26 de Setembro). Notas de viagem. In. O publicador goyano (p. 2). Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>>. Acesso em: maio 2023.

Gomes, Â. de C. (2005). História, Historiografia e Cultura Política no Brasil: algumas reflexões. In. Soihet, R., Bicalho, M. F., Gouvea, M. de F. S. (Org.) (p. 21-44). Culturas Políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história. Rio de Janeiro: Mauad.

Imprensa. (1887, 15 de Julho). In. Goyaz: órgão democrata, n. 95 (p. 1). Disponível em: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. <<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>>. Acesso em: jun. 2024.

Jayme, L. G. (1887, 4 de Abril). In. Questão do Abbade. In. O publicador goyano. n. 117 (p. 4). Disponível em: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. <<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>>. Acesso em: maio 2024.

Jayme, L. G. (1887, 21 de Maio) In. Questão do Abbade ao “Goyaz”. In. O publicador goyano. n. 113 (p. 4). Disponível em: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. <<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>>. Acesso em: maio 2024.

Koselleck, R. (2006). Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos modernos. Rio de Janeiro: PUC-Rio.

Lavras do Abbade. (1888 12 de Maio) In. O publicador goyano. n. 113 (p. 4). Disponível em: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. <<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>>. Acesso em: maio 2024.

Lima, A. P. (2021, 12 de Maio). O José do Patrocínio Marques Tocantins e a abolição em Goiás. Portal Geledés. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/jose-do-patrocínio-marques-tocantins-e-a-abolição-em-goias/>. Acesso em 15 de maio de 2024.

Moraes, M. A. de S. (2018). História de uma oligarquia: os Bulhões. Goiania: Kelps.

Notícias. (1887, 16 de Abril). In. Goyaz: órgão democrata, n. 82 (p. 4). Disponível em: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. <<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>>. Acesso em: jun. 2024.

O publicador goyano. (1886, 9 de Outubro). A empresa do Publicador Goyano. In. O Publicador Goyano. n. 85, (p. 1). Disponível em: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. <<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>>. Acesso em: maio 2024.

Questão do Abbade. (1888, 7 de Abril). In. A União: órgão do Partido Conservador. n. 11 (p. 2). Disponível em: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. <<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>>. Acesso em: maio 2024.

Rodriguez, H. S. (2011) A importância da estrada de ferro para o estado de Goiás. In. Revista UFG, Ano 13(11), 69-74.

Sandes, N. F. (2001). Memória, nação e região. In: Chaul, N. F.; Ribeiro, P. R. (Org.). Goiás: identidade, paisagem e tradição (p. 17-23). Goiânia: Ed. da UCG.

Sandes, N. F. (2013). Apresentação. In. Arrais, Cristiano. Mobilidade discursiva: o periodismo político em Goiás (p. 9-12). Goiânia, Editora UFG, 2013.

Santana, M. A. (1976) Manifestações republicanas na província de Goiás. Revista de História, [S. l.], 53(106), 377-406. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/209781/192429>>. Acesso em: jun. 2023.

- Segurado, J. T. (1982). Memória econômica política sobre o comércio activo da capitania de Goyaz. In. Memórias goianas (p. 34-53). Goiânia: Centauro Gráfica e Editora.
- Siqueira, S. O. de (1886, 24 de Abril). Contraprotesto. In. O publicador goyano. n. 61, (p. 4) . Disponível em: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. <<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>>. Acesso em: maio 2023.
- Siqueira, M. B. de. (1887, 5 de Abril) Protesto. In. O publicador goyano. n. 113, (p. 4). Disponível em: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. <<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>>. Acesso em: maio 2024.
- Sodré, N. W. (1983). História da Imprensa no Brasil. 3º Ed. São Paulo: Martins Fontes.
- Taunay, A. E. (1876). A província de Goyaz: na exposição nacional de 1875. Rio de Janeiro: Typografia Nacional.
- Tocantins, J. do P. M. (1885, 116 de Agosto) Secção editorial. In. O publicador goyano. Goyaz, (p. 1). Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>>. Acesso em: maio 2023.
- Tocantins, J. do P. M. (1886, 9 de Outubro) Secção editorial: Imigração: um flagelo contra o outro. In. O publicador goyano. Goyaz, n. 85 (p. 1). Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>>. Acesso em: maio 2023.
- Tocantins, J. do P. M. (1887, 9 de Abril). Secção editorial: a exposição goyana. In. O publicador goyano. Goyaz, n. 111 (p. 1). Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>>. Acesso em: maio 2024.
- Tocantins, J. do P. M. (1887, 28 de Maio) Secção editorial: resenha da nossa política. In. O publicador goyano. Goyaz, n. 118 (p. 1). Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>>. Acesso em: maio 2024.
- Um dos habitantes. Meia-Ponte. (1886, 15 de março). In O publicador goyano. Goyaz, n. 55, (p. 4). Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>>. Acesso em: maio 2023.
- Vandalismo. (1887, 6 de Maio) In. Goyaz: órgão democrata, n. 85 (p. 1). Disponível em: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. <<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>>. Acesso em: jun. 2024.
- Vandalismo. (1887, 27 de Maio). In. Goyaz: órgão democrata, n. 88 (p. 4). Disponível em: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. <<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>>. Acesso em: jun. 2024.
- Wander, A. N. (1886, 5 de Março). Meiaponte: cópia do diário da lavra de 6 de março de 1886. In. O publicador goyano. n. 58 (p. 4) Disponível em: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. <<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>>. Acesso em: maio 2023.